



Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal

---

**ATA NÚMERO 11/XII/1.ª SL**

Aos vinte e quatro dias do mês de Janeiro de 2012, reuniu, pelas dezoito horas, a Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal, na sala cinco do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem de Trabalhos, ponto único:

**- Desenvolvimento dos Trabalhos da Comissão**

O Senhor Presidente deu início aos trabalhos referindo que na última reunião da CEAMPAPF esteve presente o Senhor Ministro de Estado e das Finanças na qual fez a apresentação, prévia à respetiva divulgação para o público, da segunda revisão do memorando, na sequência de anterior audição durante a qual se referiu em linhas gerais aos resultados do segundo exame.

Nesta sequência e considerando o Plano de Atividades da Comissão o Senhor Presidente informou sobre a realização de uma reunião da mesa e coordenadores que ocorrera neste mesmo dia ao final da manhã, a qual teve como objetivo acertar entre os diversos grupos parlamentares, as linhas fundamentais de ação, que na presente reunião ordinária da comissão deveriam ser concretizada e aprovadas.

Aberta a discussão intervieram os Senhores Deputados Pedro Pinto (PSD), Pedro Marques (PS), Adolfo Mesquita Nunes (CDS-PP), Miguel Tiago (PCP) e João Semedo (BE).

O Senhor Deputado Pedro Marques (PS) colocou à consideração da CEAMPAPF uma possível metodologia a seguir pela CEAMPAPF, devendo esta elevar a ambição do desenvolvimento e concretização dos trabalhos, e na sequência do repto suscitado pelo Ministro de Estado e das Finanças (MEF), e pudesse, assim, contribuir para a construção das melhores opções de revisão do memorando. Continuando, propôs que se iniciasse um conjunto de audições com um espectro mais alargado. Referiu ainda que, segundo a sua opinião se poderia elaborar um



## Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal

---

relatório global das audições, mas que só o andamento dos trabalhos iria revelar essa possibilidade. O Senhor Deputado Pedro Marques (PS) afirmou que apesar de ser incontornável o tema relativo às finanças públicas, a CEAMPAPF deveria dar prioridade às áreas relativas ao sistema financeiro e às reformas estruturais, na parte relativa à reforma das relações laborais determinada na segunda revisão do memorando. Concluindo propôs a audição das seguintes entidades: Banco de Portugal, Associação Portuguesa de Bancos, Parceiros Sociais, e por último, o Ministro da Economia e do Emprego para responder a questões relacionadas com o financiamento da economia.

O Senhor Deputado Pedro Pinto (PSD) interveio dizendo não ter nada a opor à realização de audições, e que a CEAMPAPF poderia escolher duas ou três áreas que merecem ser aprofundadas e matéria de reflexão. Quanto às entidades a serem ouvidas concordou com a vinda da Associação Portuguesa de Bancos e Centrais Sindicais, referindo nada ter a opor quanto à audição do Conselho Económico e Social, mas que comissão deveria ter em conta os prazos, face à proximidade do dia 15 de fevereiro. Quanto à audição do Ministro da Economia, referiu ser uma posição de princípio do PSD que os interlocutores do Governo na CEAMPAPF são o Secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro (SEAPM) e o Ministro de Estado e das Finanças (MEF), acrescentado existirem outros mecanismos à disposição da comissão para a vinda dos restantes membros do Governo.

O Senhor Deputado Adolfo Mesquita Nunes (CDS-PP) iniciou a sua intervenção referindo que no âmbito dos contributos da CEAMPAPF, deverão ter-se em conta as três momentos de intervenção, nomeadamente a avaliação da execução, o impacto da execução e a negociação da revisão do memorando, sugerindo que a comissão escolhesse dois ou três temas para trabalhar mais aprofundadamente, para cada período de três meses, podendo ser consensualizado um relatório, com o contributo de cada um dos partidos políticos. O Senhor Deputado deu o seu acordo às entidades sugeridas para as audições na comissão, ressalvando que os interlocutores do Governo na CEAMPAPF serem o SEAPM e o MEF, o que não impedia a comissão de solicitar a audição de outros membros do Governo, mas através da apresentação de um requerimento ou a utilização do direito potestativo. Quanto aos temas O deputado



## Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal

---

Adolfo Mesquita Nunes (CDS-PP) referiu não ter qualquer preferência, dando essa prerrogativa à oposição.

O Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) informou nada ter a opor à focalização dos trabalhos da CEAMPAPF sobre dois ou três temas em função da respetiva relevância mas que as matérias objeto das audições não deveriam ser estanques. Deu o seu acordo às audições referindo ficar a Mesa responsável pelo agendamento das audições. Quanto á audição do Ministro da Economia disse não estar a CEAMPAPF impedida de a realizar, conforme havia sido já indicado, ou através de requerimento ou no uso de um direito potestativo. Na sua última intervenção solicitou ao Senhor Presidente que a questão relativa à tradução das revisões do memorando fosse enfatizada junto do Governo, salientando estarem todos os Grupos Parlamentares de acordo nesta matéria não sendo o inglês a língua de trabalho dos portugueses.

O Senhor Deputado João Semedo (BE) deu início à sua intervenção no debate manifestando a não estar em condições de, no momento presente, decidir sobre a forma e substância de um relatório periódico, por no seu entender ser bastante mais complexo, não constituindo um relatório de atividades, e reconhecendo a previsibilidade e também a dificuldade de se chegar a um consenso, pelo que no seu entender se deveria adiar esta decisão para uma fase mais adiantada dos trabalhos. Quanto às entidades a serem ouvidas na Comissão propôs: No âmbito do sistema financeiro - o Banco de Portugal, a Associação Portuguesa de Bancos e o Presidente da Caixa Geral de Depósitos; No âmbito das Finanças Públicas e do Desenvolvimento da Economia: o Ministro de Estado e das Finanças ou o Secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro, o Presidente do Conselho Económico e Social e o Ministro da Economia.

Concluído o debate, ficou o Senhor Presidente mandatado, pela CEAMPAPF, para oficial e marcar as audições com os Parceiros Sociais, com o Governador do Banco de Portugal e com a Associação Portuguesa de Bancos, as quais devem ocorrer antes do dia 15 de fevereiro de 2012.



Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência  
Financeira a Portugal

---

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas dezanove horas e dez minutos, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada.

Palácio de São Bento, 27 de janeiro de 2012

O Presidente da Comissão

(José Vieira da Silva)



Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência  
Financeira a Portugal

---

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adolfo Mesquita Nunes  
Carlos Abreu Amorim  
Clara Marques Mendes  
Fernando Medina  
João Semedo  
Luís Leite Ramos  
Maria José Castelo Branco  
Miguel Frasquilho  
Miguel Freitas  
Miguel Tiago  
Nuno Reis  
Paulo Batista Santos  
Pedro Jesus Marques  
Pedro Pinto  
Teresa Anjinho  
Vieira da Silva  
Vitalino Canas  
João Pinho de Almeida

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:



Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência  
Financeira a Portugal

---

Duarte Pacheco

Fernando Virgílio Macedo

Pedro Nuno Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Basílio Horta